

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

12º CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA
PROVIMENTO DE CARGOS NA CLASSE DE INGRESSO DA
CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CP 12/09 - PROCURADOR DO ESTADO

FASE INTERMEDIÁRIA
CADERNO DE QUESTÕES
GRUPO I

PROVAS DISCURSIVAS DE:
DIREITO CONSTITUCIONAL
DIREITO ADMINISTRATIVO
DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO

21/02/2010 – Turno manhã

FUNDATEC PROCESSOS SELETTIVOS
ISO
9001:2008


FUNDATEC

QUESTÃO 1 (máximo 30 linhas):

Nos termos do art. 29 da Constituição da República, o Município rege-se por Lei Orgânica, que deve, todavia, observar os princípios estabelecidos naquela Constituição e na Constituição do respectivo Estado, além de outros preceitos constantes da Constituição da República.

A Constituição de um determinado Estado dispôs sobre a substituição e sucessão do Prefeito e Vice-Prefeito, determinando que, na hipótese de duplo impedimento ou dupla vacância, "serão sucessivamente chamados para exercer o cargo de Prefeito o Presidente da Câmara de Vereadores, o Vice-Presidente da Câmara de Vereadores e o Juiz de Direito da Comarca".

Analise o caso à luz das normas da Constituição da República e responda fundamentadamente aos seguintes questionamentos:

I. A norma constitucional estadual em referência é compatível com a Constituição da República? Por quê?

II. Se norma de mesmo conteúdo constasse de Lei Orgânica municipal, seria compatível com a Constituição da República? Por quê?

III. Norma de Lei Orgânica municipal pode incluir o Procurador-Geral do Município na relação de substitutos do Prefeito? Por quê?

QUESTÃO 2 (máximo 15 linhas):

Sabe-se que uma das características dos princípios é sua relativa indeterminação, que, na prática jurídica, vai sendo reduzida gradativamente pelos aportes da doutrina e da jurisprudência. Em relação aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, o Supremo Tribunal Federal, em julgamentos relatados pelo Ministro Gilmar Mendes (v. g., STF, Pleno, MS 24.268-MG, DJU de 17.09.2004, e STF, Pleno, MS 25.787-DF, DJU de 14.09.2007), deu importante contribuição, ao afirmar que esses princípios não se limitam a garantir simples direito de manifestação da parte no processo judicial ou administrativo, mas lhe asseguram uma "pretensão à tutela jurídica".

Posto isso, explique que direitos da parte, segundo essa jurisprudência, são assegurados pelo contraditório e pela ampla defesa.

QUESTÃO 3 (máximo 15 linhas):

Candidatos aprovados em concurso público para Oficial de Justiça, realizado por Tribunal de Justiça, impetraram mandado de segurança contra ato omissivo do Presidente daquele Tribunal, alegando violação ao art. 37, IV, da Constituição da República, uma vez que a indigitada autoridade coatora não os nomeara para o cargo pleiteado, embora existissem vagas. O órgão especial do Tribunal de Justiça acolheu o argumento dos impetrantes, asseverando que eles possuíam direito líquido e certo à nomeação, por força do dispositivo constitucional invocado.

Analisando esses fatos à luz das normas constitucionais pertinentes e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, posicione-se fundamentadamente sobre:

- I. O cabimento de recurso(s) ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal contra essa decisão.
- II. A possibilidade dessa decisão ser revertida, no mérito, pela instância superior.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 4 (máximo 30 linhas):

Explique o papel do Estado-Regulador, seus objetivos, instrumentos e contexto histórico na sucessão do Estado-Prestador, falando também sobre a autorregulação e a desregulação do mercado.

QUESTÃO 5 (máximo 15 linhas):

Conceitue e dê os limites e âmbito do poder regulamentar tal como o configura o Direito Constitucional brasileiro. Sua relação com o princípio da legalidade.

QUESTÃO 6 (máximo 15 linhas):

Explique o conteúdo, funcionamento e elementos do princípio da proporcionalidade na Administração Pública. Sua relação com o princípio da razoabilidade, inclusive sob o ponto de vista da origem nas famílias jurídicas.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO

QUESTÃO 7 (máximo 30 linhas):

Um determinado estudante do Curso de Economia foi contratado como estagiário, na modalidade "estágio não obrigatório", em uma determinada empresa pública mantida pelo Estado do Rio Grande do Sul. Embora o estagiário estivesse devidamente matriculado e frequentando regularmente seu curso superior, e o termo de compromisso de 2 (dois) anos estivesse devidamente celebrado, observa-se que o estagiário vinha desempenhando atividades não previstas no termo firmado e não pertinentes nem complementares ao conteúdo pedagógico do Curso de Economia.

Registre-se, ainda, que o estagiário cumpria horários fixos, totalizando 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais de trabalho, recebia uma bolsa de R\$ 600,00 (seiscentos reais), auxílio-transporte e gozava anualmente férias de 30 (trinta) dias, entre outros direitos.

Tendo em vista a situação-problema acima descrita, analise a possibilidade de reconhecimento de vínculo empregatício entre a empresa pública e o pretense estagiário,

e a conseqüente eventual incidência dos direitos previstos na legislação trabalhista ao seu contrato, levando em consideração cada uma das duas principais teorias sobre as nulidades no contrato de trabalho.

QUESTÃO 8 (máximo 15 linhas):

O empregado X de uma fundação instituída pelo Estado do Rio Grande do Sul, que presta serviços em estabelecimento situado em Porto Alegre/RS, almeja ajuizar ação de equiparação salarial em face de sua empregadora. Seu salário, de R\$ 1.000,00 (mil reais), efetivamente é inferior ao de outro empregado da mesma fundação, que recebe R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais) e presta serviços em um estabelecimento situado em Canoas/RS.

Em conversa com o advogado do sindicato representativo da respectiva categoria, constatou-se que, embora as idades e os níveis de escolaridade entre o empregado X e o seu colega fossem distintos, ambos desempenhavam quantitativamente e qualitativamente as mesmas atribuições e prerrogativas; ainda, verificou-se que, do ponto de vista da estrutura organizacional da fundação, ambos os empregados situavam-se no mesmo setor, apesar do empregado X contar com um ano a menos de prestação de serviços nesta função.

Considerando que (a) o conjunto de atos administrativos reguladores da fundação fazem a previsão de critérios objetivos de promoção funcional com base em antiguidade e merecimento, alternadamente, embora não homologado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e (b) o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) a mais recebidos pelo colega de X decorre de uma ação judicial por este ajuizada individualmente, na qual foi determinada a incorporação do valor de horas extras habitualmente prestadas pelos empregados do setor em questão ao longo de 27 (vinte e sete) meses e abruptamente suprimidas, aponte as teses que a fundação empregadora poderia utilizar em sua defesa para afastar a pretensão de equiparação salarial.

QUESTÃO 9 (máximo 15 linhas):

Uma determinada convenção coletiva foi devidamente firmada na região de Porto Alegre para uma determinada categoria, prevendo, entre outras, as seguintes regras:

Da remuneração

Cláusula 03: Em janeiro de 2010, as empresas corrigirão o salário básico de seus empregados observando o índice de 7,0% (sete por cento).

Cláusula 04: No mês de julho de 2010, as empresas pagarão aos seus empregados, de uma só vez e em caráter excepcional, um auxílio de caráter não salarial no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais).

Cláusula 05: Durante o tempo de vigência desta convenção, o anuênio corresponderá a 10% (dez por cento) do salário básico.

Das férias

Cláusula 14: Os empregados pertencentes à categoria profissional representada pelo sindicato signatário desta convenção terão direito, em 2010, a um período de 40 (quarenta) dias de férias, desde que tenham completado o período aquisitivo correspondente.

Do auxílio à maternidade

Cláusula 20: As empresas deverão custear integralmente as despesas das empregadas com as creches dos seus filhos, até que os mesmos completem dois anos de idade.

A empresa X, de Porto Alegre, integrante da mesma categoria econômica acima referida, firmou, com o mesmo sindicato profissional signatário da convenção exposta, um acordo coletivo, contendo os seguintes dispositivos:

Da remuneração

Cláusula 05: Em janeiro de 2010, a empresa corrigirá o salário básico de seus empregados observando o índice de 5,0% (cinco por cento).

Cláusula 06: No mês de julho de 2010, a empresa pagará aos seus empregados, de uma só vez e em caráter excepcional, um auxílio de caráter não salarial no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

Cláusula 07: Durante o tempo de vigência deste acordo coletivo, o anuênio não será pago.

Das férias

Cláusula 13: Os empregados da empresa terão direito, em 2010, a um período de 45 (quarenta e cinco) dias de férias, desde que tenham completado o período aquisitivo correspondente.

Do auxílio à maternidade

Cláusula 21: A empresa deverá custear integralmente as despesas com creches dos filhos de suas empregadas, até que os mesmos completem um ano de idade.

Considerando os instrumentos normativos e respectivas matérias e cláusulas, explique as três principais técnicas consagradas pelo princípio da norma mais favorável e, a partir da aplicação de cada uma delas à situação hipotética formulada, aponte quais direitos, em cada uma das técnicas, uma empregada da empresa X, cujo nascimento de seu primeiro filho ocorrera no início de 2009, poderia efetivamente pleitear.